



INFORMATIVO GIAC 173, de 2 de junho de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Acompanhamento e informações relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia

Considerando a instalação, em 27 de abril de 2021, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPIPANDEMIA) destinada à apuração das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhará e veiculará, por meio do Informativo Giac, os desdobramentos da ação legislativa. Confira, a seguir, as audiências realizadas pela Comissão no Senado Federal, bem como a pauta prevista para os próximos dias:

- [4/5/2021- Oitiva do ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta](#)
- [5/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde Nelson Teich](#)
- [6/5/2021- Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)
- [11/5/2021- Oitiva do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\), Antonio Barra Torres](#)
- [12/5/2021 – Oitiva do ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência Fábio Wajngarten](#)
- [13/5/2021 – Oitiva do Gerente Geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo](#)
- [18/5/2021 às 9h – Oitiva do ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo](#)
- [19/5/2021 às 9h – Oitiva do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello](#)
- [20/5/2021 às 9h – 2ª parte - Oitiva do ex- ministro da Saúde Eduardo Pazuello](#)
- [25/5/2021 às 9h – Oitiva da Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do MS, Mayra Pinheiro](#)
- [27/5/2021 às 9h - Oitiva do Diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas](#)
- [01/6/2021 às 9h - Oitiva da Médica Oncologista e Imunologista Nise Hitomi Yamaguchi](#)
- [02/06/2021 às 9h – Reunião com especialistas para esclarecimentos relativos à questões técnicas envolvendo a Covid-19: Dra. Zeliete Zambom; Dr. Clovis Arns da Cunha; Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves; Dr. Paulo Márcio Porto de Melo \(adiada, sem nova data\)](#)

designada)

- 02/06/2021 às 9h30 - Oitiva da Ex-Secretária de Enfrentamento à Covid-19 do Ministério da Saúde, Luana Araújo

Para mais informações e consulta aos expedientes enviados e recebidos, planos de trabalho, textos e relatórios atinentes à CPI da Pandemia, acesse o [link](#).

Fonte: Senado Federal

MPF deflagrou operação para investigar desvios de recursos da Covid-19 em contratação de hospital pelo Governo do Amazonas

O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal, em parceria com a Receita Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU), deflagraram, nesta quarta-feira (2), a 4ª fase da "Operação Sangria", para investigar desvios de recursos destinados ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Amazonas. As investigações envolvem a contratação do Hospital de Campanha Nilton Lins, pelo Governo do Estado.

De acordo com as investigações, foram constatadas inúmeras irregularidades na prestação de serviços para atender ao referido hospital de campanha, dentre elas o sobrepreço para o serviço de limpeza no montante de R\$ 1.971.882,12, que representa um valor 539% superior ao praticado no hospital de referência. Verificou-se, ainda, que não houve a comprovação da realização dos serviços de lavanderia.

A operação foi autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) por ter entre seus alvos o Governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), já denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em abril deste ano junto com outras 17 pessoas.

Os mandados de busca foram cumpridos em endereços ligados a 18 pessoas (físicas e jurídicas), incluindo o Governador, com o objetivo de apurar crimes da Lei de Licitações, de organização criminosa e desvios de recursos públicos. Um dos alvos, ligado a um grupo empresarial, recebeu os agentes a tiros.

A pedido da PGR, o relator do caso no STJ, Ministro Francisco Falcão, decretou a prisão temporária (por cinco dias) de seis investigados e autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de 27 pessoas e empresas. Também houve o sequestro de bens de 12 investigados, em valor que supera R\$ 22,8 milhões.

Histórico da "Operação Sangria": Na 1ª fase da Operação foi investigado um superfaturamento de cerca de R\$ 500 mil pela compra de 28 respiradores de uma empresa comercializadora de vinhos. Na 2ª fase foram realizadas buscas e apreensões para verificar a atuação de agentes públicos e empresários que teriam participado do processo de aquisição. Na 3ª fase foram investigadas irregularidades no pagamento de R\$ 191 mil para o transporte de 19 respiradores pelo Governo do

Estado do Amazonas, frete que deveria ter sido custeado pela empresa fornecedora dos referidos equipamentos.

Texto com adaptações: Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República; Controladoria-Geral da União

MPF/PB e MP/PB fazem acordo com empresas para garantir oxigênio para a Paraíba

O Ministério Público Federal na Paraíba (MPF/PA) e o Ministério Público estadual (MP/PB) celebraram acordo com empresas produtoras de oxigênio, que garantiu cota extra de 124 mil m³ de oxigênio líquido para suprir os hospitais paraibanos nos próximos 15 dias. Também ficou acertada a possibilidade de continuar com a cota extra de 48 mil m³ para as semanas que se seguirem. Participaram da reunião com os órgãos ministeriais representantes das empresas produtoras de oxigênio hospitalar White Martins, Messer, Air Liquide e a distribuidora SOS Oxigênio; da Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa e do Ministério da Saúde.

Para o Ministério Público Federal na Paraíba, a situação de urgência humanitária supera eventuais questões contratuais, de modo que deve haver conjugação de esforços de todos para prevenir a falta de oxigênio medicinal no Estado. “Deve-se louvar a disponibilidade das empresas em atender o pleito dos Ministérios Públicos diante do cenário emergencial, ressaltando-se, entretanto, que os entes federados devem agir de modo cooperativo entre si, inclusive para aplicação dos mecanismos de regulação de mercado, legalmente previstos, em prol de soluções duradoras que afastem riscos tão graves para a saúde pública”, entende o MPF/PB.

Íntegra da Ata de Reunião

Textos com adaptações: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal na Paraíba

MP/SE lançou campanha "Aglomeración na festa junina, só quando todo mundo tiver tomado vacina"

O Ministério Público de Sergipe, por meio do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde e do Gabinete de Monitoramento da Saúde, lançou a Campanha “Aglomeración na festa junina, só quando todo mundo tiver tomado a vacina!”. O intuito é conscientizar a população sergipana para manter as medidas de segurança sanitária no período junino.

“O objetivo da Campanha é conter o avanço da transmissão da Covid-19 em decorrência de eventos de circulação e aglomeração de pessoas durante os festejos juninos em Sergipe, o que gera risco de aumento do número de casos ativos e óbitos, bem como o colapso da rede de saúde”, explicou a Promotora de Justiça e Membro do Gabinete de Monitoramento da Saúde do MP/SE, Sílvia Leal Albuquerque.

Usando uma linguagem leve, a Campanha traz uma mensagem de conscientização em forma de rima, tipo um Cordel, manifestação literária tradicional da cultura popular brasileira, mais precisamente do nordeste.

Texto com adaptações: Núcleo de Comunicação do Ministério Público de Sergipe

MPF/AM recomendou que Prefeitura de Manaus e Secretaria Municipal de Saúde adotem medidas para a vacinação da comunidade ribeirinha São Francisco do Mainã

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) expediu recomendação à Prefeitura de Manaus e à Secretaria Municipal de Saúde (Sems) para que adotem medidas necessárias para a vacinação da comunidade ribeirinha São Francisco do Mainã, localizada na margem esquerda do rio Amazonas, zona rural de Manaus.

Segundo a recomendação, foi realizada, por meio da Sems, a vacinação contra Covid-19 nas comunidades ribeirinhas do Lago do Jatuarana e demais comunidades da margem esquerda do rio Amazonas. Porém, a comunidade ribeirinha São Francisco do Mainã, localizada na mesma região, não recebeu a vacinação.

De acordo com moradores de São Francisco do Mainã, a comunidade teria sido excluída por não estar cadastrada como comunidade ribeirinha na Sems, condição que tem gerado problemas no acesso da comunidade aos serviços públicos de saúde, uma vez que os moradores não recebem atendimento regular pela Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF), não têm acesso a serviço de remoção em casos de urgência e precisam se deslocar à unidade de saúde localizada na Vila do Puraquequara.

Na recomendação, o MPF destaca que foi justamente no Igarapé do Mainã que nasceu a mobilização pela defesa dos territórios tradicionais das comunidades ribeirinhas da margem esquerda do rio Amazonas, movimento que resultou no surgimento de associações ribeirinhas hoje organizadas.

Íntegra da Recomendação

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República no Amazonas

Anvisa divulgou que irá realizar reunião extraordinária para analisar pedidos de importação de vacinas

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou, na terça-feira (1º), que a Diretoria Colegiada realizará reunião extraordinária para analisar pedidos de importação das vacinas Covaxin e Sputnik V.

A reunião será transmitida pelo canal da Agência no YouTube, a partir das 10h.

Em nota técnica, Anvisa dá orientações sobre usinas concentradoras de oxigênio

Com o objetivo de contribuir para a qualidade e a segurança do paciente nos serviços de saúde, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) elaborou Nota Técnica (49/2021), que traz uma série de orientações gerais quanto à instalação, operação e manutenção de equipamentos responsáveis pelo fornecimento de oxigênio em serviços de saúde.

A Nota também fornece subsídios e apoio técnico aos órgãos de vigilância sanitária responsáveis pela aprovação e fiscalização das usinas concentradoras de oxigênio instaladas em estabelecimentos assistenciais de saúde.

A divulgação de tais orientações mostra-se extremamente importante, no contexto da pandemia de Covid-19, porque, segundo a Anvisa, houve um aumento repentino do número de usinas concentradoras de oxigênio em estabelecimentos assistenciais de saúde no País.

Íntegra da Nota Técnica 49/2021

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Governo Federal começou a enviar 5,1 mil concentradores de oxigênio ao Norte e Nordeste

O Ministério da Saúde começou a enviar 5,1 mil concentradores de oxigênio aos estados do Norte e Nordeste. Os equipamentos chegarão de forma escalonada e vão reforçar a estrutura dos hospitais para atender à alta demanda de leitos de UTI Covid-19.

Em um primeiro momento, o Ministério da Saúde vai entregar 1,7 mil aparelhos para a região Nordeste, sendo 148 para Pernambuco. No domingo (30), nove concentradores de oxigênio foram entregues em Caruaru (PE). Cada concentrador funciona como uma “mini-usina”, com capacidade de produzir cinco litros de oxigênio, por minuto.

UFMG identificou 68 bebês nascidos com anticorpos contra a Covid-19

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) identificou, por meio de um estudo desenvolvido pela Faculdade de Medicina da instituição, 68 bebês nascidos com anticorpos contra a Covid-19. Os resultados preliminares divulgados no mês de maio são o desenlace dos mais de 500 testes realizados em recém-nascidos e suas mães.

A professora do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFMG, Claudia Lindgren, afirmou que o projeto de identificação dos anticorpos surgiu de uma demanda da Secretaria Estadual de Saúde do Estado, no sentido de organizar a rede assistencial para receber as pessoas pós-Covid.

A pesquisa, que utiliza como método o teste do pezinho e a testagem das mães, foi viabilizada a partir da parceria com o Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico da UFMG (Nupad), laboratório responsável pela realização do teste do pezinho de todo o estado de Minas Gerais.

Segundo a Presidente do Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus da universidade, Cristina

Alvim, além do projeto que identificou os anticorpos nos bebês, a UFMG desenvolve diversos projetos na área da saúde, que envolvem a Covid-19. "Nós temos, por exemplo, vários projetos sobre vacinas que têm sido produzidas em colaboração internacional, e nossos pesquisadores contribuíram para comprovar a eficácia".

Fonte: Casa Civil; Ministério da Educação

Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Amazonas autorizou o uso de 19.440 doses remanescentes para vacinação das pessoas de 55 a 59 anos contra a Covid-19

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Amazonas (CIB/AM) autorizou o redirecionamento do saldo remanescente e reserva técnica de 19.440 doses de vacinas contra a Covid-19 para a vacinação da população de 55 a 59 anos sem comorbidades, de forma escalonada e por faixas etárias decrescentes, abrangendo cerca de 80% da cobertura vacinal deste grupo.

As referidas doses deverão ser repostas posteriormente, de forma compensatória e programática, após envio de doses pelo Ministério da Saúde, conforme acordado entre a SES/AM e Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (Semsma Manaus).

Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas

Brasil passará a produzir vacina 100% nacional contra a Covid-19

O Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga assinou, na terça-feira (1º), o acordo de transferência de tecnologia do laboratório AstraZeneca para que o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), possa produzir o imunizante contra a Covid-19 com Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) fabricado no Brasil. O acordo é um passo importante para o avanço da vacinação do povo brasileiro.

O [contrato de encomenda tecnológica](#) foi formalizado entre a Fiocruz e a AstraZeneca em setembro do ano passado. O acordo previa o desenvolvimento e importação do IFA para o processamento final, que inclui formulação, envase, revisão, rotulagem, embalagem e controle de qualidade de 100,4 milhões de doses em Bio-Manguinhos/Fiocruz.

As instalações de Bio-Manguinhos já receberam as [Condições Técnico-Operacionais \(CTO\)](#), concedidas pela Agência Nacional de Vigilância em Saúde (Anvisa), bem como o certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para a produção do IFA.

A Fiocruz passará a produzir o insumo em suas instalações, sem depender de produtos vindos do exterior, como o IFA oriundo da China ou doses prontas compradas da Índia. Com a produção de IFA nacional, a Fiocruz contribui para que o Brasil avance na superação do desafio de vacinar toda a população. A expectativa é que as primeiras doses 100% nacionais sejam entregues em outubro. As instalações têm a capacidade inicial de produção de IFA para cerca de 15 milhões de doses de vacinas.

Está prevista para esta quarta-feira (2) a chegada do banco de células da AstraZeneca, último insumo necessário para a produção de IFA no Brasil.

Ministério da Saúde anunciou que elaborará protocolo de segurança para a realização da Copa América

O Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, anunciou, na terça-feira (1º), que a pasta será a responsável pela elaboração do protocolo de segurança para a realização da Copa América no Brasil, em parceria com as autoridades sanitárias dos estados, onde acontecerão os jogos.

De acordo com Ministro, o evento será realizado com condições sanitárias rigorosamente validadas.

Ministério da Saúde divulgou que ultrapassou a marca de 100 milhões de doses de vacina contra a Covid-19 distribuídas

O Ministério da Saúde anunciou, nesta quarta-feira (2), que ultrapassou a casa de 100 milhões de doses distribuídas para todo o Brasil.

Até agora, são mais de 54 milhões de brasileiros com alcance às vacinas contra a Covid-19, ou seja, um terço da população vacinável, de acordo com Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde. Do total de doses distribuídas: 52 milhões foram da vacina da AstraZeneca/Oxford/Fiocruz; 47,1 milhões da Coronavac/Butantan; e 3,5 milhões da vacina da Pfizer/BioNTech.

A distribuição realizada até o momento já permitiu a aplicação de doses em 18 dos 28 grupos prioritários do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO), definidos de acordo com os riscos maiores de agravamento da doença e sua vulnerabilidade social.

Novidades na distribuição: nesta semana, o Ministério da Saúde coordenará a entrega de novos lotes de vacinas, com 5,9 milhões de doses da AstraZeneca, produzida pela Fiocruz, e 629,4 mil doses da Pfizer/BioNTech.

Essa distribuição tem duas novidades: o Ministério começou a enviar doses para início da vacinação dos trabalhadores da educação, grupo prioritário que teve sua imunização antecipada, e será a primeira distribuição das vacinas da Pfizer com a nova recomendação de armazenamento aprovada pela Anvisa. A partir de agora, as doses da farmacêutica podem ficar refrigeradas de +2°C a +8°C por até 31 dias, o que permite que todos os municípios brasileiros recebam o imunizante - antes, o prazo era de apenas cinco dias.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do Painel Coronavírus, atualizados em 1º de junho de 2021, informam que o Brasil registra 16.624.480 casos de infecção pelo novo coronavírus e 465.199 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Imprensa Nacional; Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Ministro Edson Fachin pediu informações ao Presidente da República em ação ajuizada pelo PSDB para que Bolsonaro cumpra as medidas de enfrentamento à Covid-19

O Ministro Edson Fachin, Relator da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 845, requisitou informações ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, antes de decidir o pedido liminar feito pelo Partido Social Democracia Brasileira (PSDB), para que o Presidente cumpra as medidas do Ministério da Saúde de enfrentamento da pandemia da Covid-19, principalmente quanto ao uso de máscara e ao distanciamento social, sob pena de multa.

As informações deverão ser prestadas em 5 (cinco) dias, prazo comum também para a manifestação da Procuradoria-Geral da República e Advocacia-Geral da União.

Íntegra do despacho

STF invalidou lei do Pará que obrigava escolas particulares a darem desconto durante pandemia

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, por maioria, inconstitucional a Lei estadual 9.065/2020 do Pará, que obrigava as instituições de ensino da educação infantil e ensinos fundamental, médio e superior da rede privada a concederem desconto mínimo de 30% nas mensalidades escolares, enquanto durar a pandemia.

No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6445, prevaleceu o entendimento de que a lei paraense interferia nos contratos firmados, causando insegurança jurídica ao adentrar a seara do direito contratual, reservada à União, que tem a competência para legislar sobre direito civil. Segundo o Ministro Dias Toffoli, a norma não trata da proteção do consumidor contra eventuais ações abusivas dos prestadores de serviços educacionais, "mas de uma interferência na essência do contrato, de forma a suspender a vigência de cláusulas que se inserem no âmbito da normalidade dos negócios jurídicos onerosos".

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Diário Oficial da União

Visando a dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

RESOLUÇÃO DE CONSOLIDAÇÃO CIT Nº 1, DE 30 DE MARÇO DE 2021 - Consolida as Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) do Sistema Único de Saúde (SUS).

PORTARIA Nº 1.054, DE 31 DE MAIO DE 2021 - A SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, substituta, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008.

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) -

<http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=1.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bff36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalhador-conheca-as-acoes-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres –

http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqAEcy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing> e
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portal.fns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid->

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontra-coronavirus>

Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>

Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>

Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>

Ministério da Educação -
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791

Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confirma-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>

Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>

Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>

Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>

Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>

Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>

Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>

Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>

Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associações dos Juizes Federais do Brasil – <https://www.ajufe.org.br/imprensa/noticias-covid-19>

Associação dos Magistrados Brasileiros – https://www.amb.com.br/coronavirus-confira-decisoes-do-judiciario-relacionadas-ao-enfrentamento-da-pandemia/?doing_wp_cron=1586478574.7145249843597412109375

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – <https://www.anamatra.org.br/imprensa/coronavirus>

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>